

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.505 - RS (2018/0336079-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADOS : MÁRCIO LOUZADA CARPENA E OUTRO(S) - RS046582
WALESKA REIS DA ROSA - RS086586
RAQUEL SACCO DA SILVA - RS090764
JULIA RIBEIRO FEIJÓ - RS102276
LUCIANE PEREIRA MORESCO - RS107558
AGRAVADO : JULIO DE ASSIS
ADVOGADO : FELIPE AMARO DE ALMEIDA RODRIGUES E OUTRO(S) - RS065461

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. EMPRÉSTIMO PESSOAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 135):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. EMPRÉSTIMO PESSOAL. INSTITUIÇÃO QUE NOTICIA EM REDE NACIONAL, PELA IMPRENSA ESCRITA, FALADA E TELEVISADA, QUE ACEITA CONTRATAÇÃO ATÉ COM CLIENTES NEGATIVADOS EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATOS INEXISTENTES. EM TESE SERIA CASO DE INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA. TODAVIA, É INCONTROVERSA A RELAÇÃO CONTRATUAL.

SENTENÇA EXTRA PETITA, QUE EXAMINA QUESTÕES NÃO SUSCITADAS NO PEDIDO DA PARTE AUTORA, QUE SE LIMITOU AO EXAME DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. EXCLUSÃO NA SENTENÇA DA PARTE QUE EXAMINOU REVISOU CLÁUSULA DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS E TARIFAS BANCÁRIAS, EM AFRONTA AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA.

DECLARADA NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA, PARA LIMITAR O EXAME AO PEDIDO DA PARTE AUTORA, EM CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA.

JUROS REMUNERATÓRIOS. Aplicação das orientações do

Superior Tribunal de Justiça, extraídas dos julgamentos dos Recursos Especiais Representativos de Controvérsia n.

1.061.530/RS e n. 1.112.879/PR. Afinado a isso, o entendimento desta Câmara é de que a taxa de juros remuneratórios deve ser limitada somente quando for superior à taxa média de mercado registrada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, à época da contratação e em conformidade com a respectiva operação, somada do percentual de 30% (trinta por cento), tido como a margem tolerável. No caso, os juros contratados encontram-se acima da taxa média de mercado, devendo ser limitados à taxa média de mercado divulgada pelo Bacen à época da contratação.

DECLARARAM PARCIALMENTE NULA A SENTENÇA, POR EXTRA PETITA, E, POR MAIORIA, DERAM PROVIMENTO AO APELO.

Na origem, consta dos autos que a sentença julgou improcedente a ação de revisão de contrato. O autor interpôs apelação postulando a reversão do julgado, bem como a limitação dos juros remuneratórios de acordo com a taxa média do BACEN.

O Tribunal de Justiça declarou a nulidade parcial da sentença por julgamento *extra petita*, dando parcial provimento ao apelo nos termos da ementa supracitada (e-STJ, fls. 133-144).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 174-181).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou violação ao art. 26 da Lei n. 10.931/2004, além de divergência jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, a necessidade de se observar a limitação dos juros remuneratórios em consonância ao índice correto, que no caso seria o "índice de operações de crédito com recursos livres - pessoas físicas - crédito pessoal não consignado" (e-STJ, fl. 194).

Apontou dissídio jurisprudencial, assinalando que o contrato firmado entre as partes é de empréstimo pessoal não consignado.

Postulou, ao final, a reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja aplicada a taxa média do mercado para os contratos na modalidade de empréstimo pessoal não consignado.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou seguimento ao recurso especial em relação aos juros

remuneratórios, por incidência do disposto no art. 1.030, I, *b*, do Código de Processo Civil de 2015 (art. 543-C, § 7º, do CPC/1973), inadmitindo-o, no mais, em virtude dos óbices das Súmulas 5, 7, 83 e 211 do STJ e 283 do STF.

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 235-244 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 250-253 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte insurgente, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

O entendimento desta Corte é no sentido de que a parte recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge especificamente contra todos eles.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. APELAÇÃO. EFEITOS. RECEBIMENTO. HARMONIA DE ENTENDIMENTO. SÚMULA 83 DO STJ. APLICAÇÃO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO AO ÚNICO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGOS 932, III, e 1.021, § 1º, DO CPC DE 2015. SÚMULA 182 DO STJ.

1. A apelação interposta contra a sentença que impugna a confirmação da tutela antecipada, no particular, será recebida apenas no efeito devolutivo. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Nos termos do art. 932, inciso III, e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015, não se conhece de agravo cujas razões não impugnam especificamente o único fundamento da decisão agravada. Aplicação, por analogia, do enunciado 182 da Súmula do STJ.

3. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte

recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo do recurso, o desacerto da decisão recorrida.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.152.930/SP, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 02/10/2018, DJe 16/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida, sob pena de vê-la mantida.

2. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não se afigurando suficiente a impugnação genérica ao 'decisum' combatido.

Precedentes.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 572.196/PA, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 20/09/2016, DJe 04/10/2016)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC.

1. É inexistente, na instância especial, recurso interposto por advogado sem procuração nos autos (Súmula nº 115/STJ).

2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido.

(AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

No caso, consoante se depreende da decisão de admissibilidade recursal (e-STJ, fls. 225-232), o Tribunal de origem inadmitiu o processamento do apelo especial por incidência do disposto no art. 1.030, I, *b*, do Código de Processo Civil de 2015 (art. 543-C, § 7º, do CPC/1973), em relação aos juros remuneratórios, apontando, ainda, a incidência dos óbices das Súmulas 5, 7, 83 e 211 do STJ e 283 do STF.

Todavia, pela leitura da petição de agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 235-244), observa-se que ora a agravante refutou apenas a aplicação das Súmulas 5 e 7

do STJ, deixando de proceder à impugnação específica exigida, reiterando, no mais, toda a argumentação de mérito anteriormente vertida, quanto à alegação de ofensa ao art. 26 da Lei n. 10.931/2004, além de sustentar, genericamente, a presença dos requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal.

Dessa forma, a falta de ataque específico ao fundamento da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do CPC/2015, desatendendo, assim, o princípio da dialeticidade.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da parte recorrida em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator